



## **A realização de artigo feminino diante de antropônimo masculino: uma análise sociolinguística sobre o sentimento de inclusão de universitários recifenses**

***Realization of feminine article before masculine anthroponym: a sociolinguistic analysis about feeling of inclusion of university students from Recife***

Déreck Kássio Ferreira Pereira

Centro Universitário Brasileiro (UNIBRA), Recife, Pernambuco/Brasil

dereckferreirap@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4762-9896>

Claudia Roberta Tavares Silva

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife, Pernambuco/Brasil

claudia.rtsilva@ufrpe.br

<https://orcid.org/0000-0003-1246-2651>

**Resumo:** Pesquisas sociolinguísticas verificam que o português brasileiro dispõe de duas variantes no domínio do sintagma nominal: (a) realização de artigo definido antes de antropônimo (ex.: *O João*) e (b) não-realização de artigo definido antes de antropônimo (ex.: *João*). A variação dessas formas está relacionada, por exemplo, à influência da variável diatópica: em cidades do nordeste, predomina a não realização, contrariamente ao que ocorre em cidades do sul e do sudeste (CALLOU; SILVA, 1997; VERÍSSIMO, 2021). Ademais, há outra forma linguística ainda pouco investigada em que há realização de artigo feminino diante de antropônimo masculino (ex.: *A João*). O uso dessa variante está emergindo e é encontrado na fala de membros da comunidade LGBT+. Diante disso, objetiva-se nesta pesquisa investigar o sentimento de inclusão de estudantes universitários que moram em Recife sobre o uso dessa variante. Para tanto, selecionaram-se 60 falantes (30 estudantes que pertencem à comunidade LGBT+ e 30 estudantes que não pertencem a essa comunidade), para os quais testes de atitudes linguísticas, seguindo a escala Likert (1932), foram aplicados. Os resultados mostram que a variante emergente sofre influência da comunidade: o grupo LGBT+ se sente incluído pelo uso dessa variante, ao contrário do grupo que não pertence a essa comunidade.

**Palavras-chave:** atitude linguística; artigo; antropônimo; gênero; inclusão.

**Abstract:** Sociolinguistic research shows that Brazilian Portuguese presents two variants in the nominal phrase: (a) the realization of the definite article before anthroponyms (eg. *O João*) and (b) the non-realization of the definite article before anthroponyms (eg. *João*). The variation of these forms is related to the influence of the diatopic variable: in cities in the Northeast, the non-realization of the definite article before proper nouns is the most common strategy, contrary to what happens in cities in the South and Southeast (CALLOU; SILVA, 1997; VERÍSSIMO, 2021). Besides these two possibilities, there is another possibility that has been underinvestigated in which a feminine article is used before a masculine anthroponym (eg *A João*). The use of this variant is rising and is found in the speech of members of the LGBT+ community. Therefore, the main goal of this research is to investigate the feeling of inclusion of university students who live in Recife about the use of this variant. For this purpose, 60 speakers (30 students who belong to the LGBT+ community and 30 students who do not belong to this community) participated in language attitude surveys, with a 5 point Likert type scale. The results show that the community influences on emerging variant: LGBT+ group feels included using this variant, unlike the group that does not belong to this community.

**Keywords:** linguistic attitude; article; anthroponym; gender; inclusion.

Recebido em 29 de setembro de 2022

Aceito em 27 de maio de 2023

## 1 Primeiras palavras: situando o objeto de estudo

No português brasileiro (PB), os antropônimos podem vir acompanhados ou não de artigo definido. Essa opcionalidade é prevista pelas gramáticas tradicionais dessa variedade do português. Segundo Bechara (2009, p. 132), “o uso mais frequente na linguagem culta, tendo em vista o valor individualizante carregado pelo artigo, dispensa o artigo junto a nomes próprios de pessoas, com exceção dos que se encontram no plural”. É tradição, no entanto, a anteposição de artigo diante de apelidos. Ademais, os nomes próprios de pessoas podem vir antecidos de artigo quando os locutores querem expressar uma afetividade em relação ao indivíduo a quem se referem: “de largo uso do idioma, o artigo assume

sentidos especialíssimos, graças aos contornos verbais e extraverbais: junto a nomes próprios denota nossa familiaridade (neste mesmo caso pode o artigo ser omitido)” (BECHARA, 2009, p. 154):

- (1) a. O Cleto talvez falte hoje
- b. Cleto talvez falte hoje.

Cunha e Cintra (2016), por seu turno, afirmam que, devido à característica individualizadora do nome próprio, este deveria dispensar o artigo. No que diz respeito aos nomes próprios de pessoas, afirmam que os antropônimos não são antecidos por artigo, principalmente quando se aplicam a personagens muito conhecidos, como, por exemplo, “Camões, Dante, Napoleão” (CUNHA; CINTRA, 2016, p. 236). Todavia, reconhecem que existem exceções a essa regra quando observados os seguintes contextos:

- (I) O antropônimo vem precedido de qualificativo;
  - (II) Quando o nome de pessoa vem acompanhado de determinativos ou qualificativos denotadores de um aspecto, de uma época, de uma circunstância de vida dos indivíduos;
  - (III) Quando se pretende atribuir ao nome próprio um sentido depreciativo;
  - (IV) Quando o nome de pessoa vem enunciado no plural – seja para indicar indivíduos com o mesmo nome, seja para indicar um coletivo familiar;
  - (V) Quando há intenção de cercar o nome de afetividade.
- (CUNHA; CINTRA, 2016, p. 238)

Cunha e Cintra ainda acrescentam:

Na linguagem popular e no trato familiar é muito frequente no Brasil e está praticamente generalizada na linguagem corrente de Portugal a anteposição de artigo definido diante de nomes de batismo de pessoas, o que lhe dá, como dissemos, um tom de afetividades ou de familiaridade (CUNHA; CINTRA, 2016, p. 239).

Diante do exposto, percebemos que as gramáticas mencionadas acolhem tanto construções em que o antropônimo vem acompanhado por artigo definido (cf. (1a)), quanto aquelas em que o antropônimo não é antecido por artigo (cf. (1b)), evidenciando a existência de

duas variantes na língua. Essa opcionalidade pode estar ligada a fatores geográficos, conforme verificado em estudos linguísticos realizados por todo o Brasil.

Callou e Silva (1997) observam que a variável diatópica é de suma importância para a realização ou não do artigo definido diante do contexto de antropônimo, tomando por base um *corpus* proveniente do Projeto Norma Urbano Oral Culto (NURC), composto por dados de fala de indivíduos de nível universitário de cinco capitais brasileiras (Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife) na década de 70. As autoras concluem que, quanto mais ao norte do país, menor é a frequência de realização do artigo; já, quanto mais ao sul, maior a produção dessa variante. Colaboradores das capitais nordestinas, a saber: Recife e Salvador, foram os que apresentaram uma menor frequência de realização de artigo definido diante do contexto de antropônimos, com 17% e 32%, respectivamente. As capitais localizadas ao sudeste e sul do país, no entanto, apresentaram uma frequência mais expressiva de uso de artigo diante de antropônimos: Rio de Janeiro (43%), São Paulo (87%) e Porto Alegre (79%). Esses resultados levaram as autoras a afirmarem que “[...] a variação regional mostrou-se atuante, evidenciando haver um ‘sotaque sintático’ [...] característico dos dialetos.” (CALLOU; SILVA, 1997, p. 21). Além disso, verificam que a utilização do artigo definido diante do antropônimo parece estar ligada ao período colonial da cidade. As cidades mais antigas, como Recife, tendem a não favorecer a realização desse determinante diante de antropônimos, seguindo em uma direção mais conservadora do português.

Outra pesquisa que compara a frequência de uso do determinante definido diante de antropônimos em diferentes cidades brasileiras é a de Veríssimo (2021). Comparando seis cidades brasileiras: Campinas/SP, Feira de Santana/BA, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA e São Paulo/SP, os resultados seguem a mesma direção dos encontrados por Callou e Silva (1997). Nessa pesquisa, antropônimos seguidos de artigo apareceram com maior porcentagem em cidades da região sudeste (Campinas (58,3%), Rio de Janeiro (59,5%) e São Paulo (63,7%) do que em cidades da região nordeste (Feira de Santana (2,9%), Salvador (5,2%) e Recife (6,2%). Com base nesses resultados percentuais, verificamos, mais especificamente em relação à cidade de Recife, local de residência dos colaboradores desta pesquisa, que, mesmo com o passar de 24 anos,

tomando como referência o trabalho de Callou e Silva (1997), o tempo não foi capaz de alterar o padrão encontrado.

Sob a ótica da relação língua-sociedade que embasa os estudos mencionados para o entendimento do mosaico sociolinguístico brasileiro no que se refere à variação encontrada entre a realização do artigo definido diante de antropônimo (*O Pedro; A Marina*) e a não-realização desse artigo (*Pedro; Marina*), visamos ampliar esse debate com a inclusão de uma estratégia emergente de uso no PB: aquela em que um artigo definido antecede o antropônimo com um gênero gramatical diferente (ex.: *A Pedro*). Essa é uma forma não reconhecida pela gramática tradicional que prescreve o compartilhamento total de traços (número e gênero) entre os elementos que constituem o sintagma nominal:

(2) A            Pedro é linda.

SG.F        SG.M

Sobre esse uso emergente, a construção nominal *A Pedro*, por exemplo, é apontada por autores, como Lau (2015) e Carvalho (2020), como sendo pertencente à fala de um grupo de falantes específicos, a saber: a comunidade LGBTQ+. Carvalho (2020, p. 25) aduz que a comunidade LGBTQ+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, abarcando ainda travestis, transgêneros, *queer*, intergêneros, pansexuais etc.) “faz uso dessa inversão de concordância nominal de gênero, utilizando determinantes marcados no feminino pareado com nomes masculinos ou estabelece concordância no feminino na sentença com um referente masculino”, estando esse uso relacionado às práticas sociais desenvolvidas por esse grupo como uma estratégia linguística na luta por visibilidade. Pereira (2020) afirma que esse uso serve para inscrever um sentimento de pertencimento do falante não só à comunidade, mas também às suas causas e à sua expressão de gênero.

Pesquisa, como a realizada por Panagiotidis (2020, p. 198), evidencia que a variante em (2) não é algo exclusivo do PB, pois sua ocorrência é verificada no grego contemporâneo como expressão de carinho ou pejorativa:

(3) I                            Antonis                    irthe

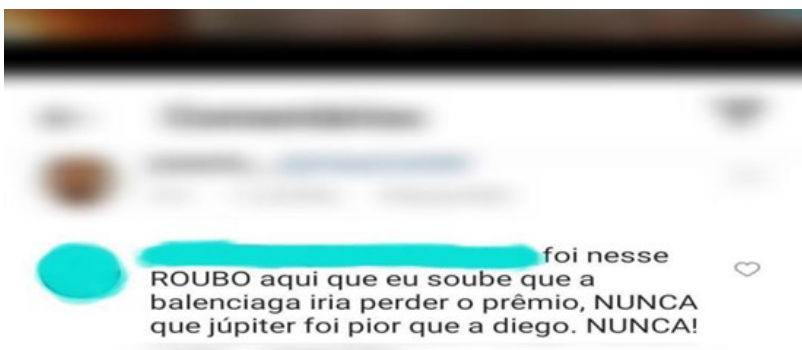
A. ART.DEF.SG.F Antonis. SG.M chegar.PERF

“A Antonis chegou.”

Por meio das recentes e árduas conquistas da população LGBT+ - formada por indivíduos de diferentes comunidades entendidas aqui como uma orientação afetivo-sexual (CARVALHO, 2020) -, construções nominais como (2) vêm ganhando visibilidade, tornando-se cada vez mais frequentes. Todavia, o seu não reconhecimento por parte da gramática tradicional acaba servindo, para aqueles que não se identificam com o grupo na qual ela emergiu, como justificativa para desprestigiá-la, questionando a sua legitimidade na língua. Não muito raro, encontramos falantes do PB considerando essa construção linguística como imprópria, desviante, errada e, até mesmo, inexistente. Mas como negar a existência de uma construção linguística reconhecida e presente nas normas de uma comunidade?

Pesquisas como as de Carvalho (2020) e Pereira (2020) mostram que essa forma emergente de se referir a falantes da comunidade LGBT+ faz parte da realidade linguística de cerca de 20 milhões de brasileiros, segundo levantamento feito em 2015 pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT). Dentro da comunidade, o seu uso é tão frequente quanto a utilização das variantes *João* e *o João* e, assim como estas, pode preencher diversas posições estruturais como por exemplo: sujeito, complemento e tópico. Observemos evidências de uso da variante emergente retiradas de redes sociais:

Figura 1 – Presença no *Instagram* da variante em que o artigo e o antropônimo não compartilham o mesmo gênero gramatical

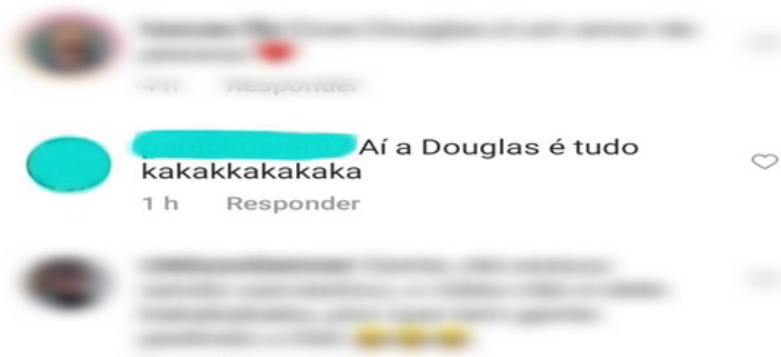


Fonte: *Instagram* (2021)

Nessa imagem, o autor do comentário, autodeclarado *gay*, fala sobre uma apresentação em que dois participantes de um programa sobre cultura *ballroom* disputavam, por meio da dança *voguing*, a permanência de seu grupo na atração. Como percebemos, é usada a variante em que o artigo e o antropônimo não compartilham o mesmo gênero gramatical quando enuncia “NUNCA que Júpiter foi pior que *a diego*. (grifo nosso)”. Vale referirmos ainda que outros seguidores da página também fizeram comentários que continham a presença dessa variante.

A página de onde retiramos o comentário (Figura 1) é, conforme já enunciamos, voltada ao público LGBT+. Sendo assim, são publicadas postagens de assuntos específicos para envolver esse público, favorecendo a utilização da variante. Todavia, a utilização dessa variante não está restrita a locais voltados especificamente ao público LGBT+. Em uma busca rápida pelo *Instagram*, encontramos uma situação que não se refere a um perfil que tem o grupo LGBT+ como principal usuário. A página, ilustrada pela figura 2, é voltada para o público geral da plataforma, mais especificamente àqueles que se interessam por assuntos variados, como esportes, música, séries etc. Na situação, um dos usuários comenta uma publicação feita pelos moderadores da referida página sobre a participação do jogador LGBT+ da seleção brasileira de vôlei, Douglas Souza:

Figura 2 – Presença no *Instagram* da variante em que o artigo e o antropônimo não compartilham o mesmo gênero gramatical



Fonte: *Instagram* (2021)

Na imagem, o usuário faz uso do sintagma nominal *a Douglas* para se referir ao esportista pertencente à comunidade LGBTQ+, conforme evidenciado por meio da visualização de publicações e descrição em seu perfil da referida rede social.

Hoje, mesmo os mais conservadores, que dificultam a legitimidade de sintagmas nominais como os apresentados nas figuras 1, 2 e 3, têm consciência de sua existência. Prova disso é que, quando essa variante emergente sai dos limites da comunidade LGBTQ+, possui leitura pejorativa (CARVALHO, 2020) e causa incômodos àqueles desfavoráveis às manifestações desse grupo social. O comportamento dessas pessoas, portanto, está relacionado ao seu posicionamento contrário a indivíduos que compõem um grupo social diferente do seu, ou seja, a exogrupos (ou *outgroups*, do inglês).

Existe uma tendência generalizada nos indivíduos para avaliar exogrupos de uma forma menos favorável do que grupos a que pertencem (HEWSTONE; RUBIN; WILLIS, 2002), principalmente se esse exogrupo for estigmatizado pelo grupo do qual esses indivíduos fazem parte. “O estudo das relações intergrupais tem desempenhado um papel central no entendimento dos processos motivacionais e perceptivos que governam as respostas dos indivíduos aos membros dos exogrupos” (MARCELINO, 2007, p. 17). Sobre essa questão, Guisan pontua:

O Outro preenche um papel essencial na definição da identidade do próprio sujeito; conseqüentemente, a língua do outro terá uma função primordial na delimitação do domínio da língua, já que é considerada como elemento da identidade coletiva. Daí eleger o Outro e a sua língua como ameaça para a “pureza”, há apenas uma etapa rapidamente percorrida na história dos nacionalismos em particular, e dos etnocentrismos e racismos, onde o desprezo através da representação das outras línguas alimenta os preconceitos em geral (GUISAN, 2009, p. 18)

Reações desfavoráveis às variantes, como *a Douglas* e *a Diego* são decorrentes de uma atitude prescritiva embasada na noção de “erro”. Mas, como vimos, essas formas já fazem parte da norma linguística de uma comunidade, ocupando os mesmos contextos linguísticos em que as variantes previstas pela gramática tradicional podem ocupar. Assim, estamos diante de uma construção linguística que existe na língua e,



mais do que isso, que se caracteriza como uma variante emergente para a norma de concordância de gênero.

Dado o fenômeno que será controlado neste trabalho e dada a comunidade que dinamiza as regras linguísticas acerca do fenômeno, tornando-o parte de suas práticas sociais, interessa-nos aqui tratar do problema da avaliação que está relacionada ao “nível da consciência social” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968, p. 124). Labov (2008 [1972]) defende que tal consciência está muito além de uma mera imitação, por parte dos sujeitos, do comportamento de indivíduos que pertencem a grupos tidos como superiores, tal como é defendido pela ideia bloomfieldiana, ou de um empréstimo - grupos de menor prestígio social pegam emprestado a forma linguística daquele com maior prestígio na sociedade. Nesse domínio, destacam-se as atitudes linguísticas definidas como “como qualquer índice cognitivo ou comportamental de reações avaliativas em direção às variedades diferentes de língua ou de seus falantes” (GILES; RYAM; SEBASTIAN, 1982, p. 7).

O nível de consciência sobre os valores sociais dados a uma variante nunca segue uma homogeneidade. Ou seja, o valor social de determinada variante não é compartilhado da mesma forma por todos os sujeitos. O significado que cada um emprega a ela pode sofrer interferência de um conjunto de fatores sociais, como ideologia, crenças e sentimento de pertencimento grupal.

Diante do exposto, este estudo investigativo oferece uma discussão de como não só a variante que emerge na comunidade LGBT+ (a saber: a realização de artigo feminino diante de antropônimo masculino), como também as demais variantes previstas (realização *versus* não-realização de artigo definido diante de antropônimos) são avaliadas por indivíduos que estão dentro e fora da referida comunidade, levando em conta seu sentimento de inclusão (em outras palavras, o senso de pertencimento). Para tanto, selecionamos, via amostra por conveniência (FREITAG, 2018), 60 universitários domiciliados em Recife e estratificamo-los de acordo com sua autoidentificação de gênero e comunidade, a fim de verificarmos quais os efeitos dessas variáveis em sua avaliação. Visando à obtenção de suas atitudes linguísticas, elaboramos um questionário de perguntas contendo teste de julgamento com escala, mais especificamente, a escala Likert.

Para o desenvolvimento deste estudo, o artigo encontra-se assim estruturado: na seção 2, abordaremos o quadro teórico que dá suporte à análise; na seção 3, apresentam-se os procedimentos metodológicos adotados; na seção 4, realiza-se a análise das atitudes linguísticas, enfocando o sentimento de inclusão dos colaboradores deste estudo e, na seção 5, são apresentadas as considerações finais.

## 2 O quadro teórico

Como esta pesquisa centra o olhar na avaliação voltada ao sentimento de inclusão (senso de pertencimento) dos colaboradores frente à realização de artigo feminino diante de antropônimo masculino, a abordagem ancora-se na perspectiva teórica desenvolvida Labov (2008 [1972]) através de seu estudo pioneiro realizado na ilha estadunidense de Martha's Vineyard, localizada em Massachusetts. Nesse estudo, foi analisada a centralização dos ditongos /ay/ e /aw/, considerando não só questões linguísticas, mas também questões sociais primordiais para o entendimento de um fenômeno sociolinguístico, a saber: o senso de pertencimento.

Estudando as histórias de famílias específicas da ilha, há dois colaboradores (pai e filho) que mais centralizam os ditongos na língua falada. O pai é descrito como um homem sério e instruído, interessado pela história da indústria baleeira; o filho, por sua vez, possui nível superior de ensino e tentou a vida no continente, mas voltou à ilha devido ao não interesse em permanecer na cidade grande. Sobre esse jovem, Labov (2008 [1972]) traz à luz um fato interessante. Durante um jantar, um membro da família faz a seguinte observação: “Sabe, o E. nem sempre falou desse jeito... foi depois que ele voltou da faculdade. Acho que ele quer ficar mais parecido com os homens das docas...” (LABOV, 2008 [1972], p 52). Partindo disso, Labov (2008 [1972]) realizou coletas com estudantes da ilha e, com base em entrevistas realizadas na *Martha's Vineyard Regional High School*, percebeu um nítido contraste entre os discentes que pretendem permanecer e os que planejam sair da ilha: aqueles exibem forte centralização, já estes, pouca ou quase nenhuma.

A partir de suas constatações, Labov (2008 [1972]) considera a inegável importância da avaliação subjetiva de seus colaboradores, a saber: a observação do seu senso de pertencimento. Segundo ele, “fica evidente que o significado imediato desse traço fonético é ‘vineyardense’. Quando um homem diz [rɛIt] ou [hɛUs], está inconscientemente expressando o

fato de que pertence a ilha: de que ele é um dos nativos a quem a ilha realmente pertence.” (LABOV, 2008[1972], p. 57). A centralização, então, é uma forma que os falantes nativos da ilha têm de mostrar sua identidade enquanto vineyardense, distanciando-se de indivíduos que não pertencem ao local, tal como os milhares de veranistas que chegam ao território de Vineyard anualmente no período de junho e julho. Um de seus entrevistados afirma o seguinte: “acho até que nós usamos um tipo de língua inglesa totalmente diferente... pensamos diferente aqui na ilha... é quase uma língua separada dentro da língua inglesa.” (LABOV, 2008 [1972], p. 49). Não é de surpreender que as diferenças fonéticas se tornam cada vez mais evidentes à medida que os nativos lutam para manter sua identidade. Este, então, seria o significado social da centralização.

Nesse sentido, o fenômeno investigado pelo autor não é diferente de nenhum dos outros traços subfonêmicos de outras regiões que são distinguidas por seu dialeto local. A questão levantada a partir dessa constatação é a seguinte: “por que esse traço se desenvolveu de um modo tão complexo em Martha’s Vineyard, e por que está se tornando mais forte nas faixas etárias mais jovens?” (LABOV, 2008 [1972], p. 57). Como resposta, o autor cita o fato de que “grupos diferentes têm que responder a desafios diferentes a seu *status* nativo” (LABOV, 2008 [1972], p. 57). Segundo o linguista, nas duas últimas gerações, os desafios se tornaram mais acentuados devido às fortes pressões sociais e econômicas que tais grupos receberam. Ele ainda aponta que o grupo composto pelas antigas famílias de ingleses tem se submetido à pressão externa: “seus membros estão lutando para manter sua posição independente diante de um persistente declínio da economia e diante do assédio ininterrupto dos veranistas” (LABOV, 2008 [1972], p. 57). Já os membros da comunidade de orientação tradicional, naturalmente, tendem a validar seus valores em grupos de suas gerações passadas.

Dessarte, o significado social da centralização observada por Labov (2008 [1972]), considerando o contexto de produção controlado pelo autor, é um posicionamento positivo, por parte dos vineyardenses, em relação à ilha. Essa conclusão pode ser confirmada ou rejeitada a partir da desconsideração às variáveis faixa etária, etnia, ocupação e geografia, considerando a relação da centralização com a variável independente das atitudes. Para tanto, o autor considera três fatores que podem explicar a ocorrência da mudança sonora na ilha vineyardense, a saber: positiva - sentimento definitivamente positivo em relação à ilha; neutra - sentimento nem positivo nem negativo acerca da ilha; negativa - desejo de viver em outro lugar.

O estudo laboviano mostra como o sentimento de pertencimento à ilha de Martha's Vineyard interfere e explica os resultados da centralização. Do total de 65 vineyardenses, 40 possuíam um sentimento positivo em relação à ilha, 19 tinha um sentimento neutro e 6 exprimiam um sentimento negativo e, por isso, desejavam deixar a localidade. Existe, portanto, uma correlação de padrões sociais com o padrão distribucional de uma variável linguística, evidenciando como o sentimento de pertencimento dos indivíduos à comunidade pode interferir fortemente na língua.

Sentir-se incluído, nesse caso, é também sentir-se representado tanto pela variante, quanto pelo seu usuário. Tal sentimento é avaliativo, pois a maioria dos indivíduos não se compara àquilo que julga ser ruim. Vale salientarmos que a associação é um dos princípios que rege as atitudes dos indivíduos (LAMBERT; LAMBERT, 1972). Quando associamos determinada variante ou pessoa a sentimentos negativos, o que observamos são atitudes/julgamentos também negativos acerca do objeto avaliado. Da mesma forma, quando associamos a variante ou o usuário dessa variante a sentimentos positivos, observamos atitudes positivas a seu respeito. Segundo Moreno Fernández,

Uma atitude favorável ou positiva pode fazer que uma mudança linguística se cumpra mais rapidamente, que em certos contextos predomine o uso de uma língua em detrimento de outra, que o ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira seja mais eficaz, que certas variantes linguísticas se confinem aos contextos menos formais e outras predominem nos estilos cuidadosos. Uma atitude desfavorável ou negativa pode levar ao abandono e ao esquecimento de uma língua ou impedir a difusão de uma variante ou uma mudança linguística (MORENO FERNÁNDEZ, 1998, p. 179).

O sentimento de inclusão que o um sujeito tem com relação a um grupo e, conseqüentemente, às formas linguísticas pertencentes a esse grupo, é um aspecto de suma importância para a sua permanência em tal agrupamento social. Sentir-se incluído é sentir-se representado pelos valores estabelecidos por/em um grupo e estar ligado à percepção de pertença ao grupo e com os laços psicológicos que ligam o indivíduo a esse grupo (TAJFEL, 1981).

Na comunidade LGBT+, esse senso de pertencimento pode ser visto em diversas práticas sociais desempenhadas pelo grupo, incluindo a utilização de formas linguísticas específicas, tal como a realização de

artigo feminino diante de antropônimos masculinos, objeto de estudo desta pesquisa. Esse uso emergente, por seu turno, é uma forma de o indivíduo expor sua autoidentificação com o grupo a que pertence. Embora falar *eu gosto da Douglas* pareça ser uma simples menção àquele de quem se fala, na verdade, é a realização de uma ação no mundo, indo na direção de Grice (1982). Ou seja, o falante não apenas descreve seu gosto pela performance de Douglas no vôlei brasileiro, mas também inscreve seu sentimento de inclusão, posicionando-se sobre gênero, comunidade, identidade que, por meio da repetição ao longo do tempo, passa a ser algo característico que o define enquanto membro de um grupo social. Assim, realiza atos sociais concretos que são reflexos desse sentimento de pertença. Dito isso, objetivamos verificar como universitários recifenses se sentem representados por tal variante e, para tanto, faremos menção aos procedimentos metodológicos adotados que serão descritos na próxima seção.

### **3 Procedimentos metodológicos**

Esta pesquisa inscreve-se como uma pesquisa de campo pioneira na cidade de Recife e, para que os dados provenientes das avaliações subjetivas de 60 estudantes universitários referentes ao seu sentimento de inclusão fossem coletados, foi necessária sua aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, da Universidade Federal de Pernambuco, (CAEE 80201917.5.0000.5208). Esses estudantes, maiores de 18 anos e residentes nessa cidade durante um período de, no mínimo, 5 anos, foram separados em dois grupos: a) o grupo 1 (30 estudantes pertencentes à comunidade LGBTQ+) e b) o grupo 2 (30 estudantes não-pertencentes à comunidade LGBTQ+).

Vale referirmos que a amostra é não aleatória por conveniência por acreditarmos que estudantes universitários seriam mais “acessíveis, colaborativos e disponíveis para participar do processo” (FREITAG, 2018, p. 671). Em outras palavras, para que o fenômeno aqui estudado encontrasse seu espaço nas práticas do grupo LGBTQ+, foi necessária uma inserção de questionamentos no domínio dessa comunidade estudantil baseada na realização de uma série de reflexões voltadas para suas questões sociais, como as reflexões referentes à discussão do gênero social e suas representatividades dentro da norma linguística. Por esse motivo, o segmento da comunidade pertencente ou não ao grupo LGBTQ+ recrutado para este estudo é aquele com nível superior de escolarização

e, mais que isso, com acesso às redes e a discussões acerca dos papéis sociais dos sujeitos. Apesar de todos os membros da comunidade serem capazes de participar das práticas que envolvem o grupo, os LGBTQ+ com nível superior de ensino, em sua maioria, são aqueles que têm o poder de formar regras linguísticas e difundi-las entre seus pares, uma vez que estão inseridos em um contexto sociopolítico que contribui para discussões acerca das necessidades sociais do grupo, tal como a identidade, representatividade e visibilidade em busca de seus direitos políticos. Os indivíduos universitários são, então, pensadores estimulados e capazes de implementar e difundir formas emergentes que busquem satisfazer as necessidades mútuas do grupo a que pertencem. São estudiosos, pesquisadores, formadores de opinião com acesso a locais de discussões de visibilidade científica, capazes de iniciar um movimento na busca por uma mudança em algo tão político quanto a língua.

Ao aceitarem, portanto, participar deste estudo, dois instrumentos de coleta de dados foram aplicados aos colaboradores, a saber: (i) ficha social e (ii) teste de julgamento sob a forma de questionário. Os dados pessoais foram os primeiros dados a serem coletados pela ficha social, pois, dessa forma, saberíamos, de início, se os estudantes contactados seriam colaboradores em potencial para nossa pesquisa. Após essa fase e selecionados os colaboradores, os testes para a obtenção de suas atitudes linguísticas baseadas em seu sentimento de inclusão foram enviados para seu e-mail pessoal.

Sobre os testes de atitudes, elaboramos um questionário para o qual fizemos uso do método não-cronométrico (*offline*) da Escala de julgamento Likert (1932) composta de 5 pontos avaliativos: os pontos 1 e 2 representam um posicionamento positivo; o ponto 3, um posicionamento neutro e os pontos 4 e 5, um posicionamento negativo. Sobre o ponto neutro na escala, assumimos com Lucian e Dornelas (2005), que sua existência é importante, uma vez que pode auxiliar o respondente em caso de indecisão ou não aplicabilidade. Observe-se, portanto, a escala adotada nos testes:

1. Totalmente Excluído;
2. Parcialmente Excluído;
3. Indiferente;
4. Parcialmente Incluído;
5. Totalmente Incluído.

Os pontos expostos na escala de julgamento para aferirmos o sentimento de inclusão dos nossos colaboradores acerca das variantes foram embasados no trabalho realizado por Labov (2008 [1972]). Em nosso questionário, inserimos, além de frases distratoras, como: *a gente somos brasileiros e não desistimos nunca* e *João é muito calado*, sentenças em que o sintagma nominal controlado aparecia, a saber: *a Paulo demora demais para se arrumar*. Diante desses estímulos, os colaboradores deveriam utilizar as opções presentes na escala para sinalizar o seu sentimento de inclusão com relação ao exposto. Cada colaborador desta pesquisa esteve diante a 12 estímulos.

Os testes foram apresentados aos colaboradores por meio da Plataforma *Google Forms*, especializada na formulação de testes via *internet*. Esse recurso foi utilizado devido ao seu formato prático de coleta, armazenamento e tratamento de dados. Além disso, a referida ferramenta de pesquisa ofereceu comodidade aos entrevistados que, por seu turno, responderam ao questionário em dia e local de sua preferência.

Ademais, buscando realizarmos uma análise que vai além da apresentação de percentuais que permitem observar apenas a frequência de uso de uma ou de outra variante linguística, os resultados foram interpretados com o auxílio do pacote estatístico do JASP, que nos forneceu uma análise descritiva por meio de *boxplot*, e uma análise estatística por meio do teste de Análise de Variância (ANOVA). Vale referirmos que essa análise é bivariada, não tendo sido construído um modelo de análise multivariada.

#### **4 A análise dos dados: enfocando o sentimento de inclusão**

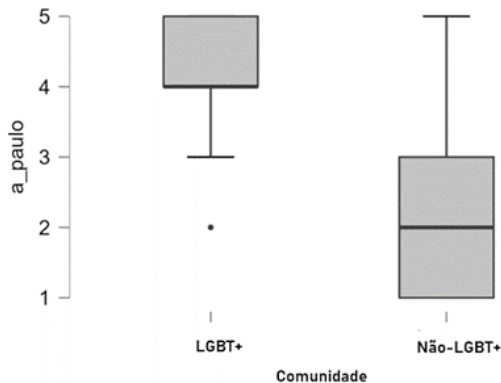
Para tratarmos da avaliação da variante emergente (ex.: *a Paulo*) ainda pouco explorada nos estudos sociolinguísticos, iremos centrar nossa atenção aqui no sentimento de inclusão dos colaboradores, tanto aqueles que pertencem à comunidade LGBTQ+ quanto aqueles que não pertencem a tal comunidade. Ou seja, verificaremos o quanto esses colaboradores, juízes nos testes, se sentem representados por essa variante. Vale lembrarmos que nosso objetivo inicial era realizarmos uma análise comparativa, em que também considerávamos as demais variantes, a saber: *Paulo*, em que o antropônimo não é acompanhado por um artigo definido, e *o Paulo*, em que o artigo definido compartilha com o antropônimo o mesmo gênero gramatical. Todavia, em nossa análise,

essas variantes não foram, estatisticamente, significativas. Dessa forma, discorreremos, nesta seção, apenas acerca da variante *a Paulo*.

De início, expomos nossos dados ao teste *Shapiro*, para verificarmos a normalidade de nossa amostra. Ao analisarmos os resultados referentes à comunidade LGBTQ+ por meio da aplicação do teste, verificamos que a sua distribuição não é normal, apresentando  $p > 0,001$ , descartando assim a hipótese nula.

Por meio do gráfico 1, conseguimos verificar que há uma diferença acentuada entre os dois grupos controlados: os colaboradores apresentam percepções diferentes a depender da comunidade a que pertencem. O *boxplot* abaixo apresenta o resultado descritivo de nossa amostra. Vejamos:

Gráfico 1 – *Boxplot* do julgamento do sentimento de inclusão dos colaboradores para a forma em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical



Fonte: Autores desta pesquisa

A partir da observação do gráfico 1, notamos, no que tange à percepção dos colaboradores pertencentes à comunidade LGBTQ+, que a amplitude dos dados vai do ponto 3 ao ponto 5, mostrando uma dispersão pequena em nossa amostra, indicando que os colaboradores LGBTQ+ oscilaram entre o ponto neutro e os pontos que indicavam os seus sentimentos de inclusão pela variante alvo. A mediana, representada pela linha mais escura da caixa, centraliza-se no ponto 4 do gráfico.



Quando observamos o resultado alcançado por meio da análise da percepção dos colaboradores pertencentes à comunidade não-LGBT+, temos também uma distribuição que não é normal ( $p > 0,001$ ). Como podemos perceber, a amplitude dos dados vai de 1 a 5, evidenciando uma grande dispersão na amostra da comunidade não-LGBT+, diferentemente da encontrada na comunidade LGBT+. No que diz respeito à mediana, ela encontra-se no ponto 2, indicando um sentimento de não inclusão desses colaboradores na variante em questão.

O resultado mencionado é justificado pela interferência da variável na percepção de nossos colaboradores. Após análise, percebemos que há efeito da variável comunidade na percepção de nossos colaboradores ( $f(1, 56) = 34.246, p > 0,001$ ). Sendo assim, colaboradores pertencentes à comunidade LGBT+ se sentem representados pela variante em que um artigo feminino antecede um antropônimo masculino, como *a Paulo*. Por outro lado, aqueles que não pertencem à comunidade LGBT+ não possuem esse sentimento.

Essa constatação evidencia os valores sociais dados à variante em análise pelos membros de cada comunidade: existe uma valorização da variante pelo falante LGBT+. Tal valorização pode estar relacionada à busca por visibilidade desses indivíduos na sociedade, sendo seu sentimento de pertencimento a essa comunidade marcado linguisticamente. Autores como Lau (2015) já sinalizavam para o fato de o uso dessa variante estar atrelada às lutas e causas dessa comunidade. Assim, a variante em questão possui significados sociais voltados para a identidade desses membros.

Destacamos que o caminho que trilhamos com esta análise evidenciou-nos que estamos diante de uma variante marcadora de fronteiras entre comunidades linguísticas nos termos de Guy (2003) quando afirma que a comunidade é um grupo de falantes que: (a) compartilham traços linguísticos que distinguem este grupo de outros; (b) se comunicam relativamente mais entre eles do que com outros, e (c) compartilham normas e atitudes frente ao uso da linguagem.

A variante aqui analisada é entendida pela comunidade LGBT+ como sendo uma arma linguística na luta pela aquisição de direitos políticos, assim como uma forma de desempenhar suas questões identitárias (de gênero, de orientação afetivo-sexual etc.), sendo assim favorecida pelos membros dessa comunidade, ou seja, pelo *ingroup*. Uma reação contrária a essa variante ou ao seu usuário também é um

favoritismo *ingroup*: quando indivíduos heterossexuais não se sentem incluídos através do uso dessa variante, neste caso, o *outgroup*, eles se identificam, sentem-se representados por outras variantes. Nesse caso, o favoritismo *ingroup* resulta em um sentimento desfavorável aos indivíduos e à variante de outras comunidades (HEWSTONE; RUBIN; WILLIS, 2002). No caso deste estudo, esse favoritismo é um mecanismo poderoso para promover as práticas sociais que unem os colaboradores em uma mesma comunidade, garantindo-lhe sua construção identitária como é o caso da comunidade LGBTQ+.

## 5 Considerações finais

A observação das avaliações dos universitários recifenses sobre a realização do artigo feminino diante de antropônimo masculino foi um contributo adicional ao entendimento do funcionamento dessa forma emergente, tomando por base o sentimento de inclusão desses falantes. Essa variante sofre interferências da variável comunidade: indivíduos pertencentes à comunidade LGBTQ+ sentem-se incluídos, isto é, representados por essa variante; já aqueles que não se declararam pertencentes à referida comunidade não se sentem representados por ela. Sendo as atitudes diante de fenômenos linguísticos um critério fundamental na distinção de comunidades (cf. GUY, 2003), é plausível dizermos que estamos diante de uma variante marcadora de fronteiras entre comunidades linguísticas.

Em linhas gerais, diante da discussão empreendida aqui, acreditamos que este estudo investigativo voltado ao problema da avaliação inscreve-se como uma contribuição adicional às investigações sociolinguísticas realizadas no Brasil, partindo da análise do sentimento de inclusão de universitários recifenses sobre a realização de artigo feminino diante de antropônimo masculino. A observação desse fenômeno à luz da abordagem prevista na gênese da Sociolinguística (LABOV, 2008 [1972]) voltada às avaliações linguísticas dos falantes não só quanto ao reconhecimento e à avaliação do uso das formas, mas também aos efeitos desse uso em seu comportamento constitui-se uma perspectiva de análise ainda escassa até onde temos verificado.

## Declaração de autoria

Declaramos que o autor contribuiu com a construção deste artigo através das seguintes etapas: a) escolha do objeto de pesquisa, da teoria e do recorte de estudos sobre a temática; b) aplicação de questionários; c) rodada dos dados no programa estatístico; d) interpretação dos resultados e e) elaboração do texto a partir das seções que compõem o artigo. Quanto à coautora, colaborou com o delineamento e discussões teórico-metodológicas e contribuiu não só com a elaboração da macroestrutura do artigo como também com sua revisão final.

## Referências

- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.
- CALLOU, D.; SILVA, G. M. O. O uso do artigo definido em contextos específicos. In: HORA, D. (org.). *Diversidade linguística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997. p. 11-27.
- CARVALHO, D. S. Aspectos da morfossintaxe de gênero no português brasileiro. *Cuadernos de la ALFAL*, Santiago, v. 2, n. 12, p. 357-384, 2020.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5.ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2009.
- FREITAG, R. M. Ko. Amostras sociolinguísticas: probabilísticas ou por conveniência? *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 26, n. 2, p. 667-686, 2018. DOI: 10.17851/2237-2083.26.2.667-686.
- GILES, H.; RYAN, E. B.; SEBASTIAN, R. J. An integrative perspective the study of attitudes toward language variation. In: GILES, H.; RYAN, E. B. (ed.). *Attitudes towards language variation: social and applied context*. London: Edward Arnold, 1982. p. 1-19.
- GRICE, H. P. Lógica e conversação. In: DASCAL, M. *Fundamentos metodológicos da linguística*. Campinas: Global Universitária, 1982. p. 81-103. v. IV
- GUISAN, P. *Língua: a ambiguidade do conceito*. São Paulo: Contexto, 2009.
- GUY, G. *As comunidades de fala: fronteiras internas e externas*. *ABRALIN: Boletim da Associação Brasileira de Linguística*, v. 1, 1979. Fortaleza: Imprensa Universitária/UFC, 2003. p. 32-37.

HEWSTONE, M.; RUBIN, M.; WILLIS, H. Intergroup bias. *Annual Review of Psychology*, v. 1, n. 53, p. 575 - 604, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.53.100901.135109>

JASP Team. JASP (Version 0.17) [Computer software]. 2023. Disponível em: <https://jasp-stats.org>.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre & Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LAMBERT, W. W.; LAMBERT, W. E. *Psicologia social*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

LAU, H. D. A (des)formação do pajubá: fatores da linguagem da comunidade LGBT. *Temática*, v. 11, n. 2, p. 90-101. 2015.

LIKERT, R. A technique for the measurement of attitudes. *Archives of Psychology*, New York, v. 22, n. 140, p. 5-55, 1932.

MARCELINO, P. A. F. A. *Representações sociais e relações intragrupais*. 2007. 37p. Dissertação (Mestrado em Psicologia social e das organizações) - Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa, 2007.

MORENO FERNÁNDEZ, F. *Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje*. Barcelona: Ariel, 1998.

PANAGIOTIDIS, P. (Grammatical) gender troubles and the gender of pronouns. In: ERIC, M.; DALI, M.; ZAREIKAR, G. Z. (org.). *Gender and noun classification*. Oxford: Oxford University Press, 2020. p.186-199.

PEREIRA, D. K. F. Falar “A Pablló” é possível no português? *Roseta*, Campinas, v. 3, n. 2, p. 1-3. 2020.

TAJFEL, H. *Grupos humanos e categorias sociais*. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

VERÍSSIMO, V. *A sintaxe dos antropônimos em variedades do português brasileiro*. 2012. 278f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Campinas, 2021.

WEINREICH, W.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for theory of Language change. In: LEHMANN, P.; MALKIEL, Y. (ed.) *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 95-188.